Encontro continental sobre o fechamento do espaço cívico

Posicionamento

Como pessoas defensoras dos direitos humanos, jornalistas e integrantes de organizações da sociedade civil, de meios de comunicação independentes e de movimentos sociais do continente americano, manifestamos nossa preocupação com a nova escalada de práticas autoritárias e o acelerado fechamento do espaço cívico nas Américas. Reconhecemos estarmos diante de uma conjuntura em que muitos Estados tentam reduzir o custo político de violar os direitos humanos, por meio de narrativas que deslegitimam seu valor e sua vigência, em que se agride e criminaliza abertamente as pessoas e comunidades que os defendem, bem como a imprensa independente que documenta e relata a situação dos direitos humanos em nossos países e territórios.

De forma alarmante, identificamos que os Estados dos países do continente americano vêm intensificando a adoção de práticas autoritárias para concentrar e manter o poder a qualquer custo. Para tanto, recorrem à restrição indevida e arbitrária de direitos humanos, ao enfraquecimento ou eliminação dos mecanismos de controle, incluindo o Poder Judiciário, e ao silenciamento de vozes divergentes. A isso podemos acrescentar a militarização da segurança pública, frequentemente respaldada por financiamentos para cooperação internacional; o uso abusivo de estados de exceção; os processos extrativos que desrespeitam direitos humanos; o assédio aos territórios de povos e nacionalidades indígenas, de afrodescendentes e de comunidades agricultoras; além de hostilizações e ataques diretos contra pessoas defensoras e jornalistas.

Enquanto alguns países da região implementam práticas autoritárias de forma sistemática há anos, em outros, essas práticas vêm sendo adotadas agora de modo acelerado. Mesmo países que desfrutavam de um espaço cívico mais aberto hoje enfrentam um cenário de deterioração da situação dos direitos humanos. Como evidência disso, observamos com preocupação a alarmante proliferação de normas restritivas que ameaçam a existência da sociedade civil e dificultam sua capacidade de resistir ao exercício autoritário e arbitrário do poder. Em alguns casos, a existência dessas normas e práticas autoritárias levou à criminalização injusta, ao deslocamento interno forçado, à prisão e ao exílio de pessoas defensoras.

Devemos lembrar que a sociedade civil organizada tem sido fundamental para garantir os direitos humanos em nosso continente. Sem ela, o Estado de direito se enfraquece e as pessoas ficam indefesas diante dos abusos de poder. Por isso, convocamos nossos movimentos a fortalecer alianças que nos permitam trocar aprendizados a partir de nossas próprias experiências e conhecimentos, bem como criar redes regionais de cooperação e articulação. Neste momento crítico, reconhecemos que nossa resistência é coletiva e, sendo assim, precisamos estabelecer agendas comuns e afirmar que nossa causa é a defesa dos direitos humanos.

A análise de contexto que realizamos mostra que os mecanismos disponíveis para a defesa dos direitos humanos são insuficientes no cenário atual. Por isso, estendemos o apelo aos organismos internacionais e à comunidade internacional para que assumam o desafio de repensar estratégias que respondam de maneira efetiva e criativa a um ambiente em transformação, onde o que está em jogo é a própria legitimidade do conceito de direitos humanos.

Diante dessa conjuntura de alto risco, é mais importante do que nunca promover e proteger o trabalho das pessoas defensoras dos direitos humanos, dos jornalistas, das organizações da sociedade civil e da imprensa independente.

Não abandonaremos nosso compromisso de zelar pelos direitos humanos junto às pessoas e comunidades que os defendem, e não deixaremos de exigir que os Estados cumpram suas obrigações internacionais. É hora de voltar a elevar o custo político de não respeitar os direitos humanos e de reafirmar que, acima de tudo, nossa luta é pelo reconhecimento da dignidade de todas as pessoas.

Organizações signatárias

Alianza de Organizaciones por los Derechos Humanos del Ecuador

American Friends Service Committee (AFSC) (Regional)

Amnistía Internacional (Global)

Centro de Derechos Humanos de la Montaña Tlachinollan (México)

Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS) (Argentina)

Centro de investigación de mujeres juristas por los derechos humanos (CEMUDEJU) (República Dominicana)

Contracorriente Honduras

Coordinadora Nacional de Derechos Humanos (Perú)

Defending Rights & Dissent (Estados Unidos de América)

Foro del Agua (El Salvador)

Fundación Ciudadanía y Desarrollo (Ecuador)

Fundación Sin Límites (Costa Rica/Nicaragua)

Fundación Status Queer (Ecuador)

Kanan Derechos Humanos (México)

INESC, Instituto de Estudos Socioeconômicos (Brasil)

Movimiento sociocultural de trabajo humanitario y ambiental (MOSCTHA) (República Dominicana)

People in Need (Global)

Prensa Comunitaria Km.169 (Guatemala)

Reconocido (República Dominicana)